



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto Lei nº 345/12

Acresce dispositivo à Lei nº 17.179/12 que obriga a informação correta, clara e precisa dos preços dos produtos comercializados no Estado do Paraná.


Art. 1º Fica alterado o parágrafo único do art. 1º da Lei nº 17.179, de 05 de junho de 2012, que passa a vigorar com o seguinte teor, mantendo-se os demais artigos inalterados:

"Parágrafo único. A informação de que trata o *caput* deste artigo deverá ser de fácil leitura e compreensão e exposta em local de fácil acesso ao público consumidor, sendo que esta obrigatoriedade também se aplica nos casos de anúncios em jornais, revistas, periódicos, canais de televisão ou outros meios de divulgação".

Art. 2º O Poder Executivo regulamentará a presente Lei no que lhe couber.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 19 de março 2013.


ALEXANDRE CURÍ
Presidente


Relator






ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO


Redação Final ao Projeto Lei nº 595/12

Declara de Utilidade Pública a
Associação dos Criadores de
Ovinos e Caprinos do Oeste do
Paraná.

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Criadores de Ovinos e Caprinos do Oeste do Paraná, com sede e foro no Município de Cascavel.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 20 de março 2013.


ALEXANDRE CURI
Presidente


Relator



Estado do Paraná
PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA



~~PROJETO~~ PROJETO DE LEI 626/12

EMENTA: Cria 25 (vinte e cinco) cargos de Desembargador do Tribunal de Justiça e os cargos de provimento em comissão que especifica, alterando a Lei Estadual nº 14.277, de 30 de dezembro de 2003 – Código de Organização e Divisão Judiciárias, e adota outras providências.

Art. 1º Ficam criados 25 (vinte e cinco) cargos de Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, que passam a integrar o Anexo V da Lei Estadual nº 14.277, de 30 de dezembro de 2003 – Código de Organização e Divisão Judiciárias.

Art. 2º Fica alterado o art. 4º da Lei referida no art. 1º, que passa a vigorar com a seguinte redação:

***Art. 4º.** O Tribunal de Justiça, órgão máximo do Poder Judiciário estadual, composto por cento e quarenta e cinco (145) Desembargadores, tem sede na Capital e jurisdição em todo o território do Estado.*

Art. 3º Ficam criados 25 (vinte e cinco) cargos de Assessor de Desembargador, de provimento em comissão, simbologia DAS-4; 25 (vinte e cinco) cargos de Secretário de Desembargador, de provimento em comissão, simbologia DAS-4; 25 (vinte e cinco) cargos de Assessor II de Desembargador, de provimento em comissão, simbologia DAS-5; 50 (cinquenta) cargos de Oficial de Gabinete de Desembargador, de provimento em comissão, simbologia 1-C; 25 (vinte e cinco) cargos de Assistente de Desembargador, de provimento em comissão, simbologia 1-C; e 25 (vinte e cinco) cargos de Assistente II de Desembargador, de provimento em comissão, simbologia 3-C, na estrutura do Quadro de Servidores do Poder Judiciário vinculado à Secretaria do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, que passam a integrar o Anexo III, Tabela II da Lei Estadual nº 11.719, de 12 de maio de 1997, consolidado no Anexo II da Lei 14.807, de 20 de julho de 2005.

§ 1º Os cargos criados na forma do *caput* destinam-se ao assessoramento prestado nos gabinetes dos Desembargadores criados no artigo 1º.

§ 2º Os cargos de Assessor de Desembargador, Assessor II de Desembargador e Assistente de Desembargador são privativos de Bacharel em Direito.



Estado do Paraná
PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA



Art. 4º O provimento em comissão dos cargos previstos nesta lei dar-se-á por nomeação do Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, mediante proposta do respectivo Desembargador, observando-se os critérios de necessidade e competência profissional, cumprindo o disposto na Resolução n.º 07, de 18.10.2005, do Conselho Nacional de Justiça.

Art. 5º O preenchimento dos cargos fica condicionado ao cumprimento das disposições e dos limites orçamentário-financeiros constantes da Lei Complementar n.º 101, de 4 de maio de 2000.

Art. 6º As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta da dotação orçamentária própria do Poder Judiciário.

Art. 7º Ficam alterados os anexos V e IX, Tabela 1, da Lei referida no artigo 1º.

Art. 8º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICATIVA

O presente Anteprojeto de Lei tem por finalidade a criação de 25 (vinte e cinco) cargos de Desembargador do Tribunal de Justiça e dos cargos de provimento em comissão que especifica, alterando a Lei Estadual nº 14.277, de 30 de dezembro de 2003 – Código de Organização e Divisão Judiciárias.

A criação proposta tem por objetivo dotar o segundo grau de jurisdição do Estado do Paraná de estrutura adequada para o enfrentamento das atuais necessidades jurisdicionais.

A adoção de assessoria qualificada (Bacharel em Direito) para todos os Juízes de 1º Grau do Estado do Paraná, bem como o aumento do número de varas em todo o Estado – em especial nas Comarcas de maior movimento forense – fez com que o número de recursos ao Tribunal de Justiça dobrasse exponencialmente.

Existe, hoje, esperando distribuição, cerca de 36.000 (trinta e seis mil) recursos.

Além disso, o processo eletrônico, devido à rapidez com que se desenvolve e são concluídos, tem colaborado para acrescentar ainda mais recursos à apreciação do Tribunal.

Já existem câmaras no Tribunal de Justiça cujo Desembargador que a integra tem recebido de 1.000 (um mil) a 1.500 (um mil e quinhentos) recursos por mês.

A única forma de se evitar a obstrução do Segundo Grau reside na elevação do número de Desembargadores e, ao mesmo tempo, no acréscimo de pelo menos um Assessor no quadro atual (total de seis).

No Rio Grande do Sul, cuja população é semelhante à do Paraná, o Tribunal de Justiça é integrado por 140 (cento e quarenta) Desembargadores.





Estado do Paraná
PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA



Por isso, a criação de 25 (vinte e cinco) cargos de Desembargador, com os respectivos cargos de assessoramento, se apresenta como solução adequada para o momento, pois a medida possibilitará a criação de cinco novas Câmaras Recursais de Julgamento, com a respectiva especialização de matérias.

Os cargos de assessoramento criados são aqueles já disponibilizados aos atuais Desembargadores do Tribunal de Justiça, sendo 1 (um) cargo de Assessor de Desembargador DAS-4; 1 (um) cargo de Secretário de Desembargador DAS-4; 1 (um) cargo de Assessor II de Desembargador DAS-5; 2 (dois) cargos de Oficial de Gabinete de Desembargador 1-C; 1 (um) cargo de Assistente de Desembargador 1-C; e 1 (um) cargo de Assistente II de Desembargador 3-C, para cada um dos 25 (vinte e cinco) cargos de Desembargador ora criados.

A presente proposta foi objeto de aprovação pelo egrégio Órgão Especial do Tribunal de Justiça, em Sessão realizada no dia 03 de dezembro último.

Outrossim, os Anexos alterados pela proposta do Anteprojeto de Lei, deverão ser publicados juntamente com a redação final, vez que são parte integrante desta Lei.

Registre-se que o custo de criação dos cargos de Desembargador e dos cargos de assessoramento, é estimado em aproximadamente R\$ 25.462.000,00 (vinte e cinco milhões quatrocentos e sessenta e dois mil reais) para o exercício de 2013, R\$ 27.675.000,00 (vinte e sete milhões seiscentos e setenta e cinco mil reais) para o exercício de 2014 e R\$ 30.100.000,00 (trinta milhões e cem mil reais) para o exercício de 2015, a ser suportado pelo orçamento próprio do Tribunal de Justiça.

Nos termos do Relatório de Gestão Fiscal do Poder Judiciário, relativo ao 2º Quadrimestre de 2012, a Despesa Total com Pessoal situou-se em



Estado do Paraná
PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA



4,01% (quatro vírgula zero um por cento) da Receita Corrente Líquida, portanto, abaixo do limite prudencial de 5,70% (cinco vírgula setenta por cento), conforme preceitua o artigo 22, parágrafo único, da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Encontra-se em anexo a Declaração do Ordenador da Despesa de que o aumento tem adequação com a lei proposta de lei orçamentária para o exercício de 2013, e compatibilidade com Plano Plurianual – PPA 2012-2015, aprovado pela Lei Estadual nº 17.013, de 14 de dezembro de 2011.



Estado do Paraná
PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA



DECLARAÇÃO

Declaro, em atendimento ao disposto no artigo 16, inciso II, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 (**Lei de Responsabilidade Fiscal**), que as despesas decorrentes do Anteprojeto de Lei, em anexo, que trata da criação de 25 (vinte e cinco) cargos de Desembargador do Tribunal de Justiça e de cargos de provimento em comissão, apresenta adequação orçamentária e financeira com o Orçamento do Poder Judiciário para o exercício de 2012, aprovado pela Lei Estadual nº 17.012, de 14 de dezembro de 2011, e compatibilidade com Plano Plurianual – PPA 2012-2015, aprovado pela Lei Estadual nº 17.013, de 14 de dezembro de 2011.

Curitiba, 05 de dezembro de 2012.



MIGUEL KFOURI NETO
Presidente

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
CÓDIGO DE ORGANIZAÇÃO E DIVISÃO JUDICIÁRIAS - LEI Nº 14.277 DE 30/12/2003
CRIAÇÃO E EXTINÇÃO DE CARGOS - ANEXO IX
CARGOS DA MAGISTRATURA ESTADUAL - TABELA 1

COMARCAS	Desembargador	Juiz de Direito Substituto em 2º Grau	Juiz de Direito	Juiz de Direito da Turma Recursal	Juiz de Direito do Juizado Especial	Juiz de Direito Substituto	Juiz Substituto	Total
2ª INSTÂNCIA								
TRIBUNAL DE JUSTIÇA	32							32
SUBTOTAL	32	0	0	0	0	0	0	32

00000000000000000000



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ									
CÓDIGO DE ORGANIZAÇÃO E DIVISÃO JUDICIÁRIAS - LEI Nº 14.277 DE 30/12/2003									
MAGISTRATURA ESTADUAL — ANEXO V									
COMARCAS / FORO	ENTRÂNCIA	Desembargador	Juiz de Direito Substituto em 2º Grau	Juiz de Direito Turma Recursal	Juiz de Direito do Juizado Especial	Juiz de Direito Substituto	Juiz Substituto	Total	
2ª INSTÂNCIA									
TRIBUNAL DE JUSTIÇA		145						145	
SUBTOTAL		145	0	0	0	0	0	145	
...									

X



Estado do Paraná
PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA



Curitiba, 05 de dezembro de 2012.
Of. nº 1.676/2012-GP

I - À DAP para leitura no expediente
II - À DL para providências.

Em, _____

Presidente

A Sua Excelência o Senhor
Deputado Estadual **VALDIR LUIZ ROSSONI**
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Nesta Capital

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D.L.

Em, 10 DEZ. 2012

Ruy
1º Secretário

Senhor Presidente:

Encaminho a Vossa Excelência, para apreciação dessa augusta Assembleia Legislativa, o incluso Anteprojeto de Lei que trata da criação de 25 (vinte e cinco) cargos de Desembargador do Tribunal de Justiça e de cargos de provimento em comissão.

As razões desta proposição estão contempladas na justificativa que acompanha o aludido anteprojeto.

Em conformidade com a Lei de Responsabilidade Fiscal, envio, em anexo, a documentação pertinente à matéria relacionada ao disposto nos artigos 16, 17 e 22 da referida Lei Complementar nº 101/2000.

Neste ensejo, consigno a Vossa Excelência minhas expressões de consideração e apreço.

Miguel Kfour Neto
MIGUEL KFOURI NETO
Presidente do Tribunal de Justiça



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 626/12

Projeto de Lei nº. 626/12
Autor: Tribunal de Justiça

Súmula: Cria 25 (vinte e cinco) cargos de Desembargador do Tribunal de Justiça e os cargos de provimento em comissão que especifica, alterando a Lei Estadual n.º. 14.277, de 30 de dezembro de 2003 – Código de Organização e Divisão Judiciárias, e adota outras providências.

EMENTA: CRIA VINTE E CINCO CARGOS DE DESEMBARGADOR E OS CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO. INICIATIVA PRIVATIVA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA. POSSIBILIDADE. LEGITIMIDADE AFERIDA. ART. 96 DA CF. ARTS. 65 E 101 DA CE. ARTS. 33 E 124 REGIMENTO INTERNO ALEP. LEI COMPLEMENTAR FEDERAL 101/00. CONSTITUCIONAL. PARECER PELA APROVAÇÃO.

PREÂMBULO

O presente Projeto de Lei tem por objetivo criar 25 (vinte e cinco) cargos de Desembargador do Tribunal de Justiça e os cargos de provimento em comissão, alterando a Lei Estadual n.º. 14.277/2003 (Código de Organização e Divisão Judiciária).

FUNDAMENTAÇÃO

Recebido vista.
em 12/12/2012
Tadeu
Genes
CCJ



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33 - A, I do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33 - A - Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

I - emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Sobre a iniciativa de projetos de lei, dispõe o Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná:

Art. 124. A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembleia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação. (Grifos Nossos).

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembleia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Ainda, sobre a iniciativa das Leis, oportuno observar a Constituição Estadual, em seu art. 65:

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição. (Grifos Nossos).

A Constituição Federal estabelece que compete privativamente ao Tribunal de Justiça propor ao Poder Legislativo a criação e a extinção de cargos e a remuneração dos seus serviços auxiliares e dos juízos que lhes forem vinculados, bem como a fixação do subsídio de seus membros e dos juízes, inclusive dos tribunais inferiores, onde houver:

Art. 96. Compete privativamente:

II - ao Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais Superiores e aos Tribunais de Justiça propor ao Poder Legislativo respectivo, observado o disposto no art. 169:

b) a criação e a extinção de cargos e a remuneração dos seus serviços auxiliares e dos juízos que lhes forem vinculados, bem como a fixação do subsídio de seus membros e dos juízes, inclusive dos tribunais inferiores, onde houver; (Grifos Nossos).

Corrobora deste entendimento a Constituição Estadual:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Art. 101. Compete privativamente ao Tribunal de Justiça, através de seus órgãos:

I - propor à Assembléia Legislativa, observado o disposto no art. 169 da Constituição Federal:

b) a criação e a extinção de cargos e a remuneração dos seus serviços auxiliares e dos juízos que lhe forem vinculados, bem como a fixação do subsídio de seus membros e dos juízes, observado o que dispõem os arts. 39, § 4º, 150, II, 153, III e 153, § 2º, I da Constituição Federal;

No que se refere ao impacto financeiro, devemos observar que o projeto de lei não viola a Lei Complementar Federal nº. 101/00, a qual exige que o projeto que acarrete aumento de despesa estatal seja acompanhado de estimativa do impacto orçamentário-financeiro causado e declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira.

Com efeito, a fim de dar cumprimento à referida legislação, o **Tribunal de Justiça** anexou ao projeto, declaração que o aumento de despesa apresenta adequação orçamentária e financeira com o Orçamento do Poder Judiciário para o exercício de 2012 e compatibilidade com o Plano Plurianual – PPA, 2012 - 2015, aprovado pela Lei Estadual n. 17.013/2011.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



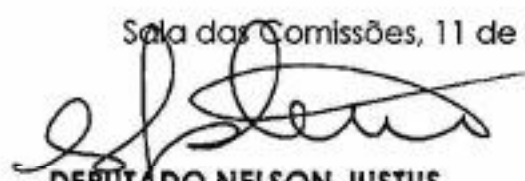
Vislumbra-se, portanto, que o Tribunal de Justiça detém a competência necessária para propor o presente Projeto de Lei.

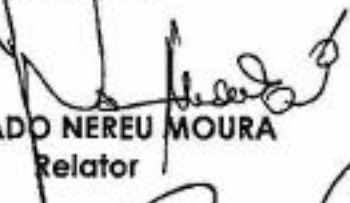
Por fim, quanto à técnica legislativa, o projeto de lei em questão não encontra óbice frente à Lei Complementar 95/98.





CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, em virtude de sua **CONSTITUCIONALIDADE** por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, 11 de dezembro de 2012.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
Presidente


DEPUTADO NEREU MOURA
Relator





APROVADO

Unanimidade 17/12/12



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
2ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura
Comissão de Finanças



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 626/12

O Projeto de Lei em análise é oriundo do Tribunal de Justiça – Ofício nº 1676/12 que objetiva criar 25 (vinte e cinco) cargos de Desembargador do Tribunal de Justiça e cargos de provimento em comissão, alterando a Lei Estadual nº 14.277/2003. (Código de Organização e Divisão Judiciárias).

Constatamos que a iniciativa foi encaminhada a douta Comissão de Constituição e Justiça que por meio do Relator Senhor Deputado Nereu Moura e após sua análise constitucional exarou o devido parecer favorável.

Procedida a análise da Proposição, sob a ótica desta Comissão de Finanças, cumprindo as obrigações impostas pelo §1º, do artigo 29, § 2º do artigo 30 e artigo 33-B, todos do Egrégio Regimento Interno desta Assembleia Parlamentar, nada encontrando que possa obstar a normal tramitação processual legislativa.

Observamos que a proposta encontra-se justificada, tendo em vista, que as despesas decorrentes desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias do Poder Judiciário do Estado do Paraná.

Observe-se ainda, que a proposta vem acompanhada da Declaração do Presidente do Tribunal de Justiça informando que as despesas decorrentes do Anteprojeto de Lei, apresenta adequação orçamentária e financeira com o Orçamento do Poder Judiciário para o exercício de 2012, aprovado pela Lei nº 17.012, de 14 de dezembro de 2011, e compatibilidade com o Plano Plurianual – PPA 2012-2015, aprovado pela Lei nº 17.013, de 14 de dezembro de 2011.

Em relação ao impacto financeiro e orçamentário, a que se destacar que o custo de criação dos cargos de Desembargador e dos cargos de assessoramento, é estimado em aproximadamente



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
2ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura
Comissão de Finanças



R\$25.462.000,00 (vinte e cinco milhões quatrocentos e sessenta e dois mil reais) para o exercício de 2013, R\$27.675.000,00 (vinte e sete milhões seiscentos e setenta e cinco mil reais) para o exercício de 2014 e R\$30.100.000,00 (trinta milhões e cem mil reais) para o exercício de 2015, a ser suportado pelo orçamento próprio do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná.

Desta forma, manifestamos, o parecer **FAVORÁVEL** à sua aprovação e o devido encaminhamento aos demais órgãos competentes.

É o parecer.

Sala das Comissões, 18/12/12


DEPUTADO ADEMIR BIER
PRESIDENTE


DEPUTADO ELCIO RUSCH
RELATOR



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Gabinete do Deputado Anibelli Neto



PROJETO DE LEI Nº 306 DE 2012

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D.L.

Em, 26 JUN. 2012

Ruy
1º Secretário

SÚMULA: Altera a Lei Estadual nº 16.086, de 17 de abril de 2009, que "dispõe que os responsáveis pelas farmácias e drogarias estabelecidas no Estado deverão afixar placa, em local visível ao público, contendo nome e número de inscrição no Conselho Regional de Farmácia - CRF, do técnico (farmacêutico) responsável, bem como o seu horário de trabalho.

Art. 1º. Fica alterado o artigo 1º da Lei Estadual nº 16.086, de 17 de abril de 2009, que passa a contar com a seguinte redação:

"Art. 1º. Os responsáveis pelas farmácias e drogarias estabelecidas no Estado deverão afixar placa, em local visível ao público, contendo o nome, a foto e número de inscrição no Conselho Regional de Farmácia - CRF, do técnico (farmacêutico) responsável, bem como o seu horário de trabalho."

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 26 de junho de 2012.


ANTONIO ANIBELLI NETO
Deputado Estadual



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Gabinete do Deputado Anibelli Neto



JUSTIFICATIVA

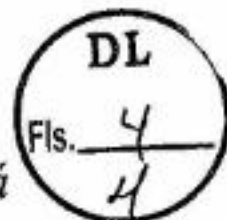
A Lei Estadual 16.086/2009, de autoria do Ex-Deputado Edgar Bueno, obriga as farmácias e drogarias estabelecidas em nosso Estado a afixar placas contendo o nome e o Conselho Regional de Farmácia – CRF do farmacêutico responsável pelo estabelecimento, bem como seu horário de trabalho.

O objetivo de tal Lei é dar cumprimento à Lei Federal nº 5.991/1973, que determina, em seu artigo 15, a obrigatoriedade da manutenção, durante todo o horário de funcionamento do estabelecimento, de um técnico por ele responsável. Foi aprovada como forma de permitir que os consumidores possam ter ciência de quem é o profissional responsável presente na farmácia onde compram seus medicamentos, auxiliando os órgãos públicos na fiscalização do cumprimento da Lei Federal.

Ocorre que, em audiência realizada com representantes do Conselho Regional de Farmácia do Paraná e do Sindicato dos Farmacêuticos do Paraná (SINDIFAR-PR), constatamos que mesmo com todos os esforços do legislador para garantir a segurança necessária no momento em que o povo procura um estabelecimento para adquirir medicamentos, tal exigência ainda não é integralmente cumprida. Algumas farmácias possuem apenas um farmacêutico responsável e funcionam por vinte e quatro horas ininterruptamente, sendo que nos horários de almoço e nos intervalos intrajornada e interjornada de tal funcionário, o estabelecimento fica desprovido de qualquer farmacêutico.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Gabinete do Deputado Anibelli Neto



Desta forma, o intuito do presente projeto é simplesmente reforçar a exigência da Lei 16.086/2009, obrigando as farmácias a afixar, além do nome e do CRF do farmacêutico responsável, uma foto do mesmo. Só assim o consumidor poderá identificar o profissional e, assim, saber se o mesmo encontra-se no estabelecimento.

Diante dessas considerações, contamos com o apoio dos nobres pares para a aprovação deste projeto de lei.

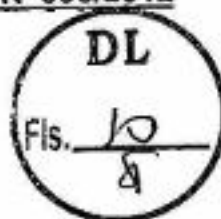
Sala das Sessões, 26 de junho de 2012.

ANTONIO ANIBELLI NETO
Deputado Estadual



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Gabinete Deputado Cesar Silvestri Filho

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 306/2012



PROJETO DE LEI Nº.: 306/2012

AUTOR: DEPUTADO ESTADUAL ANTONIO ANIBELLI NETO

SÚMULA: ALTERA A LEI ESTADUAL Nº 16.086, DE 17/04/2009, QUE DISPÕE QUE OS RESPONSÁVEIS PELAS FARMÁCIAS E DROGARIAS ESTABELECIDAS NO ESTADO DEVERÃO AFIXAR PLACA, EM LOCAL VISÍVEL AO PÚBLICO, CONTENDO NOME E NÚMERO DE INSCRIÇÃO NO CONSELHO REGIONAL DE FARMÁCIA – CRF, DO TÉCNICO (FARMACÊUTICO) RESPONSÁVEL, BEM COMO O SEU HORÁRIO DE TRABALHO.

EMENTA: PROTEÇÃO E DEFESA DA SAÚDE. ALTERAÇÃO DO ARTIGO 1º DA LEI Nº 16.086/2009. INCLUSÃO NO TEXTO LEGAL. FOTO DO TÉCNICO (FARMACÊUTICO) RESPONSÁVEL NAS PLACAS AFIXADAS NAS FARMÁCIAS E DROGARIAS. INFORMAÇÃO. ART. 124 REG. INTERNO DA ALEP. ART. 24, CF. LEGALIDADE. CONSTITUCIONALIDADE. PARECER FAVORÁVEL. APROVAÇÃO.

PREÂMBULO

O PRESENTE PROJETO DE LEI, DE AUTORIA DO DEPUTADO ESTADUAL ANTONIO ANIBELLI NETO, TEM POR FINALIDADE ALTERAR A LEI Nº 16.086, DE 17 DE ABRIL DE 2009 A FIM DE ATRIBUIR NOVA REDAÇÃO AO ARTIGO 1º, DA MENCIONADA LEI, INCLUINDO A FOTO DO TÉCNICO (FARMACÊUTICO) RESPONSÁVEL, NAS PLACAS QUE DEVERÃO SER AFIXADAS EM LOCAL VISÍVEL AO PÚBLICO.



FUNDAMENTAÇÃO

DE INÍCIO, COMPETE À COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, EM CONSONÂNCIA AO DISPOSTO NO ARTIGO 33-A, INCISO I DO REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, VERIFICAR A CONSTITUCIONALIDADE, LEGALIDADE, LEGITIMIDADE DO PROPONENTE, BEM COMO A TÉCNICA LEGISLATIVA ORA UTILIZADA:

ART. 33 – A. CABE À COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA:

I - EMITIR PARECER SOBRE AS PROPOSIÇÕES QUANTO À SUA CONSTITUCIONALIDADE, LEGALIDADE, JURIDICIDADE, ADEQUAÇÃO REGIMENTAL E CARÁTER ESTRUTURAL, EM FACE DO QUE DISPÕE A LEI COMPLEMENTAR FEDERAL Nº 95, DE 26 DE FEVEREIRO DE 1998 E ALTERAÇÕES POSTERIORES.

DE ACORDO COM A DETERMINAÇÃO DO REGIMENTO INTERNO DESTA CASA DE LEIS, CUMPRE RESSALTAR A COMPETÊNCIA DO NOBRE DEPUTADO PARA APRESENTAR O PROJETO DE LEI ORA EM TELA, CONFORME DISPÕE O ARTIGO 124:

ART. 124 - A INICIATIVA DOS PROJETOS CABERÁ A QUALQUER MEMBRO DA ASSEMBLÉIA, AO GOVERNADOR, DOS TRIBUNAIS E AO MINISTÉRIO PÚBLICO, QUE PODERÃO SOLICITAR O SEU ARQUIVAMENTO OU A SUA RESTITUIÇÃO, EM QUALQUER FASE DE SUA TRAMITAÇÃO.

PARÁGRAFO ÚNICO. TODOS OS PROJETOS, RESSALVADA A COMPETÊNCIA EXCLUSIVA DO GOVERNADOR, DOS TRIBUNAIS E DO MINISTÉRIO PÚBLICO, TERÃO ORIGEM NA ASSEMBLÉIA, SOB A INICIATIVA DE QUALQUER DEPUTADO OU COMISSÃO.

ESTE É O ENTENDIMENTO DA CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DO PARANÁ:

ART. 65 - A INICIATIVA DAS LEIS COMPLEMENTARES E ORDINÁRIAS CABE A QUALQUER MEMBRO OU COMISSÃO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, AO GOVERNADOR DO ESTADO, AO PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA, AO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA E AOS CIDADÃOS, NA FORMA E NOS CASOS PREVISTOS NESTA CONSTITUIÇÃO.

PORTANTO, FICA EVIDENCIADA A COMPETÊNCIA DO NOBRE PARLAMENTAR PARA REALIZAR A PROPOSITURA DO PRESENTE PROJETO DE LEI UMA VEZ QUE NÃO AFRONTA NENHUMA NORMA VIGENTE DO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Konder

Gabinete Deputado Cesar Silvestri Filho



CUMPRE OBSERVAR, SOBRE A LEI ESTADUAL Nº 16.086, DE 17 DE ABRIL DE 2009,

QUE DETERMINA, NOS TERMOS DO ART. 1º:

"OS RESPONSÁVEIS PELAS FARMÁCIAS E DROGARIAS ESTABELECIDAS NO ESTADO DEVERÃO AFIXAR PLACA, EM LOCAL VISÍVEL AO PÚBLICO, CONTENDO NOME E NÚMERO DE INSCRIÇÃO NO CONSELHO REGIONAL DE FARMÁCIA – CRF, DO TÉCNICO (FARMACÊUTICO) RESPONSÁVEL, BEM COMO O SEU HORÁRIO DE TRABALHO."

TODAVIA, O PRESENTE PROJETO OBJETIVA ALTERAR TAL REDAÇÃO PARA O FIM DE INCLUIR A INFORMAÇÃO - FOTO DO TÉCNICO (FARMACÊUTICO) RESPONSÁVEL, NAS PLACAS PREVISTAS NA MENCIONADA LEI.

CONFORME JUSTIFICATIVA DO AUTOR, "ALGUMAS FARMÁCIAS POSSUEM APENAS UM FARMACÊUTICO RESPONSÁVEL E FUNCIONAM POR VINTE E QUATRO HORAS ININTERRUPTAMENTE, SENDO QUE NOS HORÁRIOS DE ALMOÇO E NOS INTERVALOS INTRAJORNADA E INTRAJORNADA DE TAL FUNCIONÁRIO, O ESTABELECIMENTO FICA DESPROVIDO DE QUALQUER FARMACÊUTICO."

DESSA FORMA, NOTA-SE QUE O ASSUNTO DIZ RESPEITO À SAÚDE PÚBLICA E O OBJETO DA PRETENSA LEI ESTÁ RELACIONADO COM O ACESSO À INFORMAÇÃO.

ASSIM, CUMPRE SALIENTAR QUE A CONSTITUIÇÃO FEDERAL NO SEU ARTIGO 24, XII DESTINA A COMPETÊNCIA CONCORRENTE DA UNIÃO, ESTADOS E DISTRITO FEDERAL PARA LEGISLAR NA ÁREA DE SAÚDE, VEJAMOS:

ART. 24º. COMPETE À UNIÃO, AOS ESTADOS E AO DISTRITO FEDERAL LEGISLAR CONCORRENTEMENTE SOBRE:

XII - PREVIDÊNCIA SOCIAL, PROTEÇÃO E DEFESA DA SAÚDE.

NO MESMO SENTIDO É A PREVISÃO DA CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DO PARANÁ, ART. 13, INCISO XII, CONFORME SEGUE:

ART. 13. COMPETE AO ESTADO, CONCORRENTEMENTE COM A UNIÃO, LEGISLAR SOBRE:

(...)

XII - PREVIDÊNCIA SOCIAL, PROTEÇÃO E DEFESA DA SAÚDE.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khouri

Gabinete Deputado Cesar Silvestri Filho



VERIFICA-SE QUE O PRESENTE PROJETO OBJETIVA DIVULGAR O ACESSO À INFORMAÇÃO; TRATA-SE DE DIREITO ASSEGURADO PELA CARTA MAGNA NÃO SENDO ADMISSÍVEL RESTRINGIR PESSOAS OU GRUPOS DE PESSOAS, DEVERÁ ESTAR AO ALCANCE DE TODOS DE FORMA IGUALITÁRIA, CONFORME ART. 5º, INCISO XIV DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA:

ART. 5º. TODOS SÃO IGUAIS PERANTE A LEI, SEM DISTINÇÃO DE QUALQUER NATUREZA, GARANTINDO-SE AOS BRASILEIROS E AOS ESTRANGEIROS RESIDENTES NO PAÍS A INVIOABILIDADE DO DIREITO À VIDA, À LIBERDADE, À IGUALDADE, À SEGURANÇA E À PROPRIEDADE, NOS TERMOS SEGUINTE:

(...)

XIV - É ASSEGURADO A TODOS O ACESSO À INFORMAÇÃO E RESGUARDADO O SIGILO DA FONTE, QUANDO NECESSÁRIO AO EXERCÍCIO PROFISSIONAL;

SALIENTA-SE, AINDA, UMA VEZ POSSIBILITADO O ACESSO, A INFORMAÇÃO TORNA-SE PÚBLICA, DAÍ DECORRENDO O DIREITO DE TODOS RECEBEREM-NA E EXIGIREM-NA.

PORTANTO, SEM REALIZAR ANÁLISE MERITÓRIA, O PROJETO EM TELA POSSUI ADEQUAÇÃO LEGAL E CONSTITUCIONAL. ASSIM, PERFEITAMENTE POSSÍVEL O PRESENTE ASSUNTO SER OBJETO DE LEI.

POR FIM, QUANTO À TÉCNICA LEGISLATIVA, INEXISTEM ÓBICES AO DISPOSTO PELA LEI COMPLEMENTAR Nº 95/98.

CONCLUSÃO

DIANTE DO EXPOSTO, OPINA-SE PELA APROVAÇÃO DO PRESENTE PROJETO DE LEI, EM VIRTUDE DE SUA CONSTITUCIONALIDADE E LEGALIDADE.

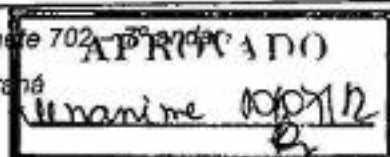
SALA DAS COMISSÕES, 10 DE JULHO DE 2012

NELSON JUSTUS
PRESIDENTE

CESAR SILVESTRI FILHO
RELATOR

Praca Nossa Senhora da Salette s/nº - Gabinete 702 - 5º andar

Centro Cívico - Curitiba - Paraná





Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
COMISSÃO INDÚSTRIA E COMÉRCIO

DL
Fls. 22

DL
Fls. 15
11

PARECER PL Nº. 306/12

Autor: Dép. Antônio Anibelli Neto.
Relator: Toninho Wandscheer.

Súmula: ALTERA A LEI ESTADUAL Nº 16.086, DE 17 DE ABRIL DE 2009, QUE DISPÕE QUE OS RESPONSÁVEIS PELAS FARMÁCIAS E DROGARIAS ESTABELECIDAS NO ESTADO DEVERÃO AFIXAR PLACA, EM LOCAL VISÍVEL AO PÚBLICO, CONTENDO NOME E NÚMERO DE INSCRIÇÃO NO CONSELHO REGIONAL DE FARMÁCIA - CRF, DO TÉCNICO (FARMACÊUTICO) RESPONSÁVEL, BEM COMO O SEU HORÁRIO DE TRABALHO.

O presente projeto de Lei possui relevante interesse público evitando o uso excessivo, abusivo e indiscriminado, como tem ocorrido até agora.

Diante do exposto, opina-se pelo PARECER FAVORÁVEL sob a forma da EMENDA ADITIVA.

Curitiba, 20 de agosto de 2012.



DEPUTADO ANDRÉ BUENO
PRESIDENTE COMISSÃO INDÚSTRIA E COMÉRCIO



DEPUTADO TONINHO WANDSCHEER
RELATOR





Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
COMISSÃO INDÚSTRIA E COMÉRCIO



**EMENDA ADITIVA DE AUTORIA DO DEPUTADO ANTÔNIO ANIBELLI
NETO APROVADA PELA COMISSÃO DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO,
INTERPOSTA AO PL Nº. 306/2012.**

"Altera o artigo 1º. – Os responsáveis pelas farmácias, drogarias, farmácias de manipulação e homeopatia estabelecidas no Estado do Paraná deverão afixar placa, em local visível ao público, contendo o nome, a foto e o número de inscrição no C.R.F. – Conselho Regional de Farmácia responsável, dos farmacêuticos substitutos e assistentes, bem como o seu horário de trabalho."

Curitiba, 20 de agosto de 2012.

DEPUTADO ANDRÉ BUENO
PRESIDENTE COMISSÃO INDÚSTRIA E COMÉRCIO

DEPUTADO TONINHO WANDSCHEER
RELATOR



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

DL
Fls. 28
54

DL
Fls. 18
4

PARECER DA EMENDA ADITIVA DA COMISSÃO DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO
AO PROJETO DE LEI 306/2012

Projeto de Lei nº 306/12

Autor da emenda: Deputado Antonio Anibelli Neto.

Súmula: Altera a Lei Estadual nº 16.086, de 17 de abril de 2009, que "dispõe que os responsáveis pelas farmácias e drogarias estabelecidas no Estado deverão afixar placa, em local visível ao público, contendo nome e número da inscrição no Conselho Regional de Farmácia - CRF, do técnico (farmacêutico) responsável, bem como o seu horário de trabalho".

EMENTA: EMENDA ADITIVA DA COMISSÃO DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO, ARTS. 33-A, 137, §3º E 141, II TODOS DO REGIMENTO INTERNO. INCLUSÃO DE FARMÁCIAS DE MANIPULAÇÃO E HOMEOPATIA NA AMPLITUDE DA LEI ESTADUAL 16.086, DE 17 DE ABRIL DE 2009. PROCEDIBILIDADE. ART. 11 LC 95/98. LEGALIDADE. PARECER PELA APROVAÇÃO.

PREÂMBULO

O Projeto de Lei 306/2012, de autoria do nobre Deputado Anibelli Neto, visa incluir a obrigatoriedade de foto do farmacêutico na atual Lei 16.086/2009.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

DL
Fls. 26
58

DL
Fls. 19
Q

A Emenda Aditiva visa incluir nas obrigações da Lei 16.086/2009 as "farmácias de manipulação e homeopatia", além das farmácias e drogarias já previstas na referida lei.

FUNDAMENTAÇÃO

Primeiramente, cumpre verificar se a apresentação da presente Emenda encontra respaldo no Regimento Interno:

Art. 141. As proposições poderão ser emendadas nas seguintes oportunidades:

II - nas Comissões, pelos respectivos relatores, por qualquer membro da Comissão ou ainda por qualquer Deputado, conforme o disposto no artigo 51, § 3º deste Regimento.;

Art. 137. As emendas são supressivas, substitutivas, aditivas ou modificativas.

§ 3º Emenda aditiva é a proposição que se acrescenta à outra.

§ 5º Não será admissível emenda substitutiva ou aditiva que não tenha relação direta ou imediata com a matéria da proposição principal.

A Emenda Supressiva foi apresentada na Comissão de Indústria e Comércio pelo seu relator, conforme o disposto no art. 141, II do Regimento Interno.

Assim, encontra-se coerente ao procedimento preconizado no Regimento Interno para sua procedibilidade.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

DL
Fls. 27
54

DL
Fls. 28
5

Verificada seus requisitos regimentais, cumpre esclarecer que compete a esta Comissão de Constituição e Justiça ainda a análise quanto à legalidade e constitucionalidade da Emenda Supressiva, com a verificação de legitimidade e técnica legislativa, conforme tutela o Regimento Interno desta Assembleia Legislativa:

Art. 33 – A. Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

I – emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Referida emenda, altera o art. 1º do Projeto de Lei, objetivando incluir Farmácias de Manipulação e Homeopatia às regras da Lei Estadual 16.086, de 17/04/2009.

Desta forma, verifica-se que a presente Emenda Modificativa está de acordo ao projeto de lei apresentado, não descaracterizando sua essência e ampliando a abrangência da Lei para incluir Farmácias de Manipulação e Homeopatia, as quais também contam com responsável técnico farmacêutico que deve ser inscrito no Conselho Regional de Farmácia – CRF.

Destarte, a Emenda está apta a prosperar nesta Comissão de Constituição e Justiça, sendo plenamente viável juridicamente e estando adaptada ao Regimento Interno.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

DL
Fls. 18
58

DL
Fls. 21
8


Por fim, inexistem óbices quanto à técnica legislativa disciplinada pela Lei Complementar Federal nº 95/98.

CONCLUSÃO

VALE A
PESQUISA

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** da Emenda ~~Modificativa~~ ^{ADITIVA} da Comissão de Indústria e Comércio ao Projeto de Lei 306/12, por estar de acordo com as disposições regimentais e não ferir a constitucionalidade, legalidade, tampouco o disposto na Lei Complementar 95/98.

Sala das Comissões, 18 de setembro de 2012.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO FERNANDO SCANAVACA
RELATOR



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
2ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura
Comissão de Saúde



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 306/2012

Súmula: Altera a Lei Estadual nº 16.086 de 176 de abril de 2009, que " dispõe que os responsáveis pelas farmácias e drogarias estabelecidas no Estado deverão afixar placa, em local visível ao público, contendo nome e número de inscrição no Conselho Regional de Farmácia – CRF, do técnico (farmacêutico) responsável, bem como o seu horário de trabalho.

PREÂMBULO

O presente Projeto de lei, de autoria do Deputado Anibelli Neto dispõe que os responsáveis pelas farmácias e drogarias estabelecidas no Estado deverão afixar placa, em local visível ao público, contendo nome e número de inscrição no Conselho Regional de Farmácia – CRF, do técnico (farmacêutico) responsável, bem como o seu horário de trabalho que estabelece o peso máximo do material escolar dos alunos de estabelecimentos de ensino públicos e privados, no âmbito do Estado do Paraná.

FUNDAMENTAÇÃO

Recebeu parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça.

No que se refere a análise desta comissão, constatamos que o projeto visa permitir que os consumidores possam ter ciência de quem é o responsável



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
2ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura
Comissão de Saúde

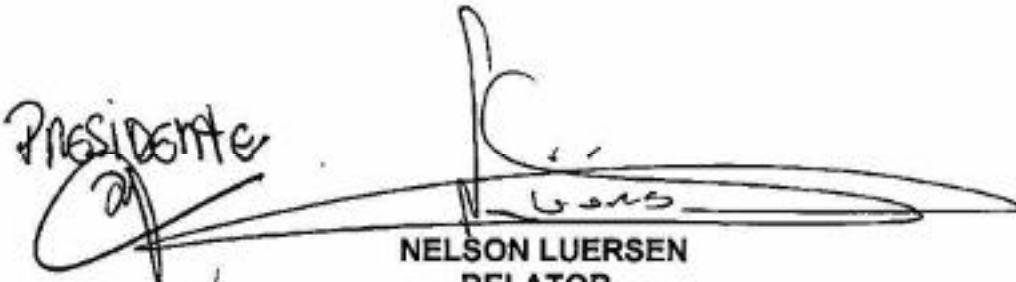


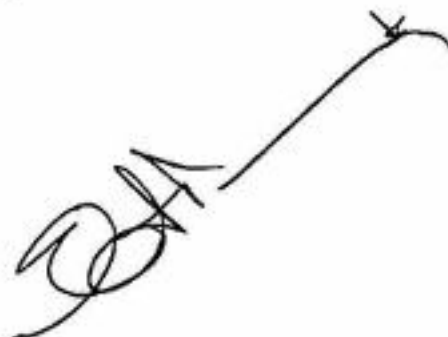
presente na farmácia onde compram seus medicamentos , auxiliando os órgãos públicos na fiscalização do cumprimento da Lei Federal.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, certo da importância do projeto de lei em discussão opina-se pelo parecer **FAVORÁVEL** desta Comissão de Saúde e à continuidade de sua tramitação nesta casa de leis.

Sala das comissões, em 06 de novembro de 2012

Presidente

NELSON LUERSEN
RELATOR





Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR

2ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura

Presidente: Deputado Paranhos
Vice-Presidente: Deputado Adelfino Ribeiro
Membros Titulares: Deputado Nereu Moura, Deputado Pedro Lupion,
Deputado Péricles de Hollenbach Mello e Deputada Rose Lúcio



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 306/2012

Súmula: Altera a Lei Estadual nº 16.086, de 17 de abril de 2009, que dispõe que os responsáveis pelas farmácias e drogarias estabelecidas no Estado deverão afixar placa, em local visível ao público, contendo nome e número de inscrição no Conselho Regional de Farmácia – CRF, do técnico (farmacêutico) responsável, bem como o seu horário de trabalho.

Autor: Deputado Antonio Anibelli Neto

Justificativa: Dar efetividade à obrigação legal em manter um farmacêutico em período integral junto às farmácias e drogarias.

Pareceres favoráveis: Comissão de Constituição e Justiça, Comissão de Indústria e Comércio (com Emenda) e Comissão de Saúde.

PARECER

Quanto à competência desta Comissão, in verbis:

"Art.33-P Compete à Comissão de Defesa do Consumidor manifestar-se sobre toda e qualquer proposição relacionada à defesa do consumidor, bem como receber, avaliar e investigar denúncias relativas à violação dos direitos do consumidor."

Diante do tema exposto esta Comissão é competente para apreciar e emitir o devido parecer.

Desta feita, a justificativa apresentada pelo parlamentar proponente do Projeto de Lei é suficiente para balizar a sua apresentação, uma vez que, trata da proteção dos interesses do consumidor.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR

2ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura

Presidente: Deputado Paranhos

Vice-Presidente: Deputado Adelino Ribeiro

Membros Titulares: Deputado Nereu Moura, Deputado Pedro Lupion,
Deputado Péricles de Hollen Mello e Deputada Rose Litro



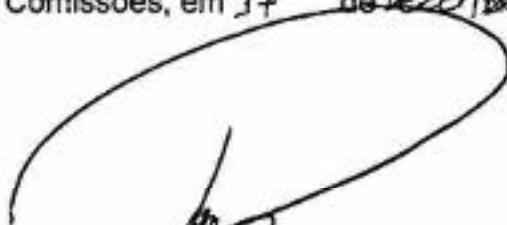
Por outro lado, o objetivo a ser atingido com o Projeto de Lei está em consonância com os ditames do Direito do Consumidor, haja vista buscar a segurança e o acesso à informação pelo consumidor quando da aquisição de medicamentos.


Cumprе ressaltar que o mecanismo apresentado pelo Projeto é adequado ao propósito da Lei, que visa garantir a presença do farmacêutico enquanto em atividade a farmácia ou drogaria.

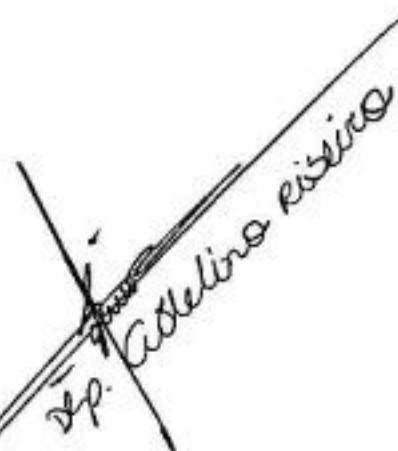
Assim, não havendo óbice legal, emite-se parecer favorável ao prosseguimento da tramitação do presente Projeto de Lei.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em 17 de DEZEMBRO de 2012.


Deputado Paranhos
Presidente


Deputada Rose Litro
Relatora


Dep. Adelino Ribeiro


Dep. Pedro Lupion